



Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial

Pedro de Almeida Costa¹

Resumo

O presente ensaio tem o objetivo de lançar as bases teóricas e conceituais de uma pesquisa em andamento, que procura avaliar o potencial de desenvolvimento de um território a partir da captação das dinâmicas de inovação em Economia Solidária nele presentes. Será desenvolvida uma pesquisa-ação junto a uma comunidade específica, já atendida por projetos de mobilização social, de um município de uma grande região metropolitana brasileira, na qual se espera poder contribuir no processo de dinamização das práticas solidárias ali encontradas. O conjunto de reflexões empreendidas visa, num primeiro momento, demonstrar que a noção de Gestão Social é adequada para abordar, captar e entender tais dinâmicas comunitárias, para, logo em seguida, já articular essa noção com outras, vindas de diferentes campos de conhecimento, que ajudem a construir um modelo analítico dessa dinâmica e subsidie, assim, as fases posteriores da pesquisa. Parte-se da hipótese que o potencial de desenvolvimento do território será tanto maior quanto maior for a proximidade entre as práticas comunitárias e as dinâmicas de inovação descritas no modelo analítico proposto.

Palavras-chave: Gestão Social; Economia Solidária; Desenvolvimento Territorial

Recebimento: 15/5/2009 • Aceite: 25/5/2010

1 Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
É Professor Titular do Curso de Administração da Escola de Administração da UFRGS.
End: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Washington Luiz 855. Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: pcosta@cpovo.net

Local System of Innovation in Economic Solidarity: embryo of territorial development processes

Abstract

This paper aims to discuss the conceptual and theoretical bases of one research in progress, which evaluates the potential for developing a territory by capturing the dynamics of innovation in Solidarity-based Economy present on it. An action-research will be developed within a given community, already served by projects of social mobilization, in a city of a large metropolitan region in Brazil, which expects to contribute in the process of boosting the solidarity practices found there. The set of observations undertaken aims at first to demonstrate that the concept of social management is adequate to address, capture and understand these community dynamics and then articulate this concept with others, from different fields of knowledge, in order to build a dynamic analytical model that will be used within the later stages of research. It is undertaken that the potential for development of the territory will be as great as the proximity between the community practices and the dynamics of innovation described in the analytical model proposed.

Keywords: Solidarity-based Economy, Territorial Development; Social Management

Introdução

A Economia Solidária vem se revelando um intrigante campo de experiências organizacionais e interorganizacionais que desafiam os paradigmas dominantes de gestão e os seus respectivos arcabouços teórico-conceituais. Neste ensaio, parte-se do pressuposto de que a noção de Gestão Social, como será caracterizada adiante, é a mais adequada para se entender as práticas e a lógica de ação dos empreendimentos e das redes de Economia Solidária, que apresentam uma racionalidade particular, embora ainda não seja possível defini-la de forma definitiva, que se diferencia tanto da racionalidade que é subjacente à gestão pública quanto aquela subjacente à gestão privada. Entende-se que o conhecimento, reconhecimento e fomento das dinâmicas comunitárias construídas em sintonia com essa racionalidade - que será, neste trabalho, chamada provisoriamente de *solidária* - ajudam a explicar, entender e dinamizar o processo de desenvolvimento territorial, tarefa de fundo da discussão que se inicia².

Do ponto de vista conceitual-teórico, o trabalho está ligado ao campo da Gestão Social, que se preocupa com questões ligadas à gestão das relações no chamado *espaço público* a partir de uma abordagem não estatal, portanto afastada tanto da lógica da administração pública quanto da lógica da administração privada. Ou seja, a Gestão Social significa mais um processo de aprendizagem coletiva e comunitária do que uma ferramenta de gestão, e para isso se vale de noções teóricas importantes como governança, território e capital social, com as quais se articula para entender e fomentar as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

O trabalho se divide a seguir em seções nas quais são feitas discussões iniciais a respeito dos conceitos com que a pesquisa está trabalhando: Gestão Social, Racionalidade Solidária e Espaço Público. A partir do entendimento e inter-relação dessas noções é possível apresentar-se o modelo conceitual analítico com que se quer trabalhar

² Este trabalho parte da premissa de que o desenvolvimento territorial pode e deve ser gerenciado através de um processo de gestão social. A gestão do desenvolvimento, segundo Fischer (2002): é um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social; é um campo de conhecimento e espaço de prática híbrido e contraditório: a cooperação não exclui a competição; sendo orientada por valores e pela ética da responsabilidade, deve atender aos imperativos de eficiência e eficácia; corresponde, também, a gestão de redes, de relações sociais, mutáveis e emergentes, afetadas por estilos de pessoas e comportamento, pela história do gestor, pela capacidade de interação e por toda a subjetividade presente nas relações humanas; é um processo embebido em contextos culturais que o conformam e para os quais contribui, refletindo e transformando esse contexto.

para identificar as dinâmicas de Economia Solidária do território pesquisado, bem como o esboço dos procedimentos metodológicos que serão utilizados para esse fim.

Gestão Social

Tenório (1998) distingue a gestão estratégica da gestão social. A *gestão estratégica* é a comumente empregada nas organizações públicas e privadas, sendo caracterizada por uma “ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas, na qual uma delas tem autoridade formal sobre a outra” (TENÓRIO, 1998, p.14). Nessa linha de ação, a organização privada, por exemplo, determina a sua própria condição de atuação no mercado ou até mesmo conforma e determina o próprio mercado.

Já a *gestão social* opõe-se a esse modelo de gestão estratégica na medida em que nela os processos decisórios são construídos por diferentes sujeitos sociais a partir de relacionamentos intersubjetivos. Cria-se assim um novo paradigma de relação entre os sujeitos sociais, que Tenório (1998) suporta com o conceito de *racionalidade comunicativa* de Habermas.

Para Boullosa e Schommer (2008), a Gestão Social deveria ser entendida como um processo, uma forma de fazer, de inovar e reinventar a gestão, mas a tendência atual observada pelas autoras é que ela viesse a se transformar num produto, numa técnica ou ferramenta com menos flexibilidade e por isso, mais diretiva, reducionista e menos inovadora. A ideia de gestão social como processo, por outro lado, abrir-se-ia para a inovação e a reinvenção da própria sociedade.

Ainda no âmbito societário, a gestão social estaria voltada para a gestão de questões públicas; já no âmbito organizacional diria respeito a modos de agir organizacional baseados em outra racionalidade - abordagem que será melhor explorada ao longo deste texto. Igualmente, pode ser entendida como um modo de gestão diferente da racionalidade de Estado e de Mercado, por isso correspondendo a um modelo adequado ao terceiro setor. Em todas essas abordagens, entretanto, a Gestão Social ficaria limitada a ser um produto, uma ferramenta.

Já como processo, seria uma ferramenta de diálogo, de criatividade, de concertação e de participação democrática. “A gestão social é vista, pois, como um modelo de gestão voltado ao social, ou aos problemas sociais, que leva em consideração as tensões e conflitos

locais, além de promover a integração dos recursos disponíveis em prol de uma coletividade quase sempre pouco ativa e articulada” (BOULLOSA e SCHOMMER, 2008, p.7). Por estar em processo de construção tanto conceitual como instrumental, a Gestão Social se permite ser um campo de experimentação e inovação, criando e resignificando conhecimentos.

Há, entretanto, risco de a Gestão Social se aproximar de lógicas e de campos dos quais procurava se afastar na sua gênese, e que se encontram baseados na racionalidade instrumental e na gestão estratégica. O próprio fato de assumir contornos prescritivos já denuncia essa aproximação indesejada. Pensada como processo, por outro lado, é melhor ser um campo de experimentações do que uma teoria acabada e prescritiva.

Para revitalizar a Gestão Social como processo, Boullosa e Schommer (2008) sustentam que seria preciso: i) um maior vínculo com os processos de aprendizagem coletiva; ii) articulação interdisciplinar e multidisciplinar; iii) articulação entre saberes acadêmicos e não acadêmicos; iv) reconhecer que a formação não acontece somente nas instituições de ensino, mas também na prática, nas redes, nas coletividades; v) desenvolver nos gestores sociais uma competência relacional e comunicativa, pois a Gestão Social se constrói nas relações; e vi) as instituições de ensino deveriam fortalecer seu papel de suporte às redes interorganizacionais.

Por todas essas características, pode-se sustentar que a Gestão Social se baseia no que estamos chamando provisoriamente neste trabalho de *racionalidade solidária*, explicada na próxima seção, e que por seu turno sintetiza o *ethos* da Economia Solidária.

A racionalidade solidária

Provisoriamente chamaremos de racionalidade solidária a lógica de atuação dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), levando em conta que os debates acerca da sua forma singular de atuação se distancia da chamada racionalidade instrumental da firma sem, entretanto, poder se definir precisamente como ela opera. Assim, pode ser tomada como uma lógica de atuação alinhada com a própria noção de Gestão Social.

O EES é uma iniciativa de geração de trabalho e renda centrada no trabalho, e não no capital, com o estabelecimento de relações substantivas entre seus membros, e que inspiraria novas formas de participação social, econômica e política. Essa caracterização demanda a definição de uma racionalidade que seria própria da Economia

Solidária (GAIGER, 2000), e algumas buscas já estão sendo empreendidas para tentar entender essa lógica particular, no entanto apontando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para desvendar essa lógica em toda a sua complexidade (COSTA, 2003).

Essa clivagem entre o modo peculiar de organização do trabalho e das relações internas dos EES e a chamada racionalidade administrativa, comumente empregada nas empresas públicas e privadas representa, à primeira vista, uma oposição entre dois modos de valorar o trabalho na sociedade. Mais do que duas abordagens opostas, elas pareceriam, inclusive, ser mutuamente excludentes, de forma que a presença de determinadas características de uma não permitisse a presença de elementos da outra. Subjacentes a esses modos diferentes de organizar o trabalho e a vida das pessoas no trabalho, pode-se revelar, através de um olhar acurado, a presença de duas racionalidades distintas: uma *substantiva*, voltada a valores e cujas ações são um fim em si mesma, e outra racionalidade *instrumental*, usada para determinadas finalidades e cujas ações seriam um meio para alcançá-las.

Todavia, este trabalho parte do entendimento de que essas duas racionalidades poderiam operar – como de fato operam – simultaneamente, e que os EES são exemplos vivos da sua co-presença dinâmica, ainda que contraditória. É possível perceber, por exemplo, que, ao mesmo tempo em que os EES se formam em torno de algum outro vínculo já existente, revelando, portanto, um grau de interesse recíproco que é substantivo, esse mesmo grupo articula-se em torno de uma finalidade econômica de geração de trabalho e renda, ou seja, possui simultaneamente um caráter instrumental.

Mas não é a noção de complementaridade entre essas duas racionalidades que pode propor um novo modo de articulação dinâmica e que seja específica à economia solidária. Uma mera complementaridade continuaria trabalhando no plano funcionalista-positivista e, sendo assim, essas racionalidades não poderiam ocupar o mesmo espaço-tempo.

O debate de fundo em que se assenta esse distanciamento entre gestão e economia solidária, qual seja, a dificuldade para conseguir se articular e definir uma lógica que pareça peculiar à Economia Solidária e que não apresente as limitações que, isoladamente, as racionalidades instrumental e substantiva têm apresentado para entender esse fenômeno, molda um cenário que se mostra carente de uma análise mais complexa, e que este texto não está se propondo a esgotar. Pelo contrário, reconhece-se que há um *imbricamento* dessas

lógicas nas práticas organizacionais dos EES, porém a discussão de como opera esse conflito está limitada ao entendimento de que ele confere algumas matizes singulares a essas práticas, não se constituindo como objeto deste estudo.

Evidências desse aparente conflito de lógicas são recorrentes nos estudos da Economia Solidária. Para Gaiger (2000), há uma organização das atividades, tanto produtivas quanto administrativas, de negociação, de relacionamentos, de comercialização, entre outros aspectos, que constroem uma nova racionalidade “em vista de fins que não sejam a mera reprodução do presente” (p.276). Isso acontece em dois momentos cruciais: (i) a potencialização dos recursos humanos e materiais não os descaracterizam, ou seja, as pessoas e os seus meios de produção são respeitados como são e não seguem necessariamente um modelo produtivo da lógica de mercado; (ii) plasam-se a racionalidade econômica que garante a viabilidade econômica do empreendimento com valores e princípios ideológicos, apontando uma grande mudança social.

Pochmann (2002, p.143) também identificou esse misto de valores em sua pesquisa:

No entanto, como em outros processos humanos, também nas práticas de empreendedorismo ou economia popular convivem e se desenvolvem, de forma conflituosa e em tempos diferenciados, formas e graus variados de associação, solidarismo, autonomia, autogestão, democracia, participação, cooperação, responsabilidade social, enfim: desenvolvimento humano.

Tal percepção da realidade parte do pressuposto de que o EES já vem embebido, no seu surgimento, sendo ele espontâneo ou induzido, de uma racionalidade voltada a um fim específico de produzir renda, ou seja, ele existe para uma finalidade. Ao mesmo tempo, os meios de que lança mão para o alcance dessa finalidade diferem-se substantivamente daqueles encontrados em empresas tradicionais, em especial o emprego de trabalho assalariado como forma de gerar um excedente que rentabilize o capital empregado, finalidade última desse tipo de organização. A geração de excedentes também deve estar presente no EES, no entanto essa acumulação não constitui um fim em si mesmo, mas antes um meio de alcançar o

equilíbrio econômico do empreendimento, e com ele o desenvolvimento humano trazido com o resgate do indivíduo.

França Filho e Silva Jr. (2006) sustentam que há dois traços que caracterizariam a particularidade da Economia Solidária: a hibridação de economias, ou a coexistência simultânea de diferentes princípios econômicos; e a ideia de construção conjunta de oferta e demanda. Esse segundo traço tem também um caráter pedagógico, no sentido de que essa construção coletiva acontece num espaço público de proximidade, no qual se exercitaria, simultaneamente, a dimensão política das experiências solidárias. Nesse sentido a Gestão Social desse processo assume o caráter de processo, tal qual afirmam Boullosa e Schommer (2008). A gestão social das dinâmicas de construção coletiva no espaço público seriam, assim, experiências de aprendizado político, assim como um veículo da própria repolitização desse espaço.

Ou seja, o que parece haver é uma resistência de valores solidários dentro da economia e da própria sociedade e cuja contraposição ao modelo dominante de gestão se materializa de modo particular nos EES (COSTA, 2008). A resistência apresentada pelos movimentos contra-hegemônicos à racionalidade capitalista, neles incluída a proposta da Economia Solidária, está embasada na permanência de comportamentos econômicos pré-modernos no interior de sociedades complexas e atravessadas pela lógica capitalista de individualidade e de competição.

A Economia Solidária proporia “[...] uma articulação específica entre esferas econômica, social e política” (GAIGER, 2002, p.4), ela estaria em construção, em busca de um frágil equilíbrio entre essas lógicas distintas que a atravessam. A Economia Solidária suscitaria, desse modo, a necessidade de recomposição entre economia e sociedade, a rediscussão dessa relação. Isto é, a ideia de economia plural permite a identificação da Economia Solidária como um modo de fazer economia que encarnaria uma racionalidade plural, cuja definição é sempre provisória e, assim como a própria Gestão Social, deve ser entendida como um processo.

Economia Solidária e Espaço Público

Laville (2002) aponta a Economia Solidária como um fato associativo, composto por uma dimensão econômica, uma social e uma política. A articulação dessas dimensões seria permanente e elas estariam fortemente imbricadas, de modo que não se pode tratar nada desse fenômeno sem considerar a todas elas simultaneamente. Como

fenômeno complexo, na economia solidária “[...] os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, trata-se de membros de famílias ou de comunidades (local, étnica, profissional...). Trata-se igualmente de cidadãos na esfera política” (LAVILLE, 2002, p.29).

A esfera pública é um espaço de relações sóciopolíticas e culturais, de negociações, de debates, objetivando planejar, equacionar, encaminhar, fazer escolhas, priorizações e intervenções a serem feitas pelo poder público, sozinho ou em parceria com entidades da sociedade civil organizada [...] é um *locus* do processo de publicização e portanto parte integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento da sociedade civil e da sociedade política (GOHN, 2004, p.73-74).

Santos e Avritzer (2002) sustentam que teria sido Habermas, ao introduzir o conceito de *esfera pública* quem abriu espaço para as proposições contra-hegemônicas de democracia. Na esfera pública a discussão política deveria ser entre iguais, independente das condições que cada cidadão possui nas suas esferas privadas individuais:

Para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. Portanto, o procedimentalismo democrático não pode ser, como supõe Bobbio, um método de autorização de governos. Ele tem de ser, como nos mostra Joshua Cohen, uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.52-3).

Habermas (1984) aponta que a criação da chamada esfera pública é decorrência de um movimento social burguês: Ela emerge da oposição da burguesia, como classe social, ao absolutismo político, mas especialmente contra as amarras da organização econômica em transição de um modelo feudal para mercantilista.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam essa esfera pública regulamentada pela autoridade, mas

diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais de troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p.42)

A discussão de uma esfera pública é então inédita, e se distinguia da ideia clássica dos gregos, segundo a qual essa esfera seria o espaço público de uma discussão eminentemente política, desvinculada do interesse privado dos cidadãos que, despoticamente, mantinham a sua vida privada (*oikos*) organizada do ponto de vista econômico.

A discussão burguesa de esfera pública experimentou seu apogeu no início do século XVIII, pois já após a Revolução Gloriosa se instituiu o Parlamento, uma evolução institucional significativa para a consolidação da esfera pública, que então publiciza o interesse privado, reputando a regulamentação das trocas privadas como assunto de interesse público. Os seus argumentos também são inéditos: a racionalidade e a lei. A primeira leva a discussão para a naturalização de alguns fenômenos, para a argumentação de uma ordem natural das coisas, que se embasa filosoficamente em Hobbes, Locke e Montesquieu e empiricamente nos enciclopedistas franceses e nos fisiocratas britânicos, que então vêm a propor atividades de cunho político mais explícito.

Nesse sentido, a lei deveria ser, antes do que a expressão da vontade absoluta do monarca, o espelho da racionalidade coletiva, captada nessa esfera pública. Esse é o objeto e a argumentação da discussão burguesa na constituição da esfera pública. As instituições dessa discussão também são outras - como os cafés no Reino Unido, os *Salons* na França e mais tardiamente na Alemanha, nas Salas de Leitura - em oposição e rivalizando com os espaços tradicionais da corte. É nesses espaços que a intelectualidade burguesa, já abastada com os resultados econômicos do mercantilismo emergente, discute as suas questões de interesse, amparadas também pelo desenvolvimento da imprensa - apesar das tentativas de cooptação pelos soberanos - desenvolvendo a chamada *opinião pública* que deveria ser, segundo a argumentação burguesa, a lógica racional que pautasse as regulamentações operadas na esfera pública.

Nessa esfera é que acontece a tensão entre o capitalismo comercial, a essa altura já consolidado e cooptado pelo Estado, e o emergente capitalismo industrial e manufatureiro. A imprensa também

ganha destaque nessa guerra de ideias que visa à construção da opinião pública. Esse é o caso inglês de lenta evolução institucional, ao longo de quase um século, mudança que na França ocorreria por via revolucionária.

Mesmo apresentando essas características de uma esfera pública política, Habermas (1984, p.93) enfatiza que essa discussão não teria passado de uma etapa que a levasse a ser, efetivamente, um espaço de regulamentação dos interesses econômicos privados da burguesia.

No ordenamento político com que esse processo chega ao seu término provisório, não por acaso a esfera pública passa a ter um papel central: ela se torna diretamente o princípio organizativo dos Estados de Direito burgueses [...] A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades.

Assim, todo o esforço da esfera pública constituída passa a ser despir-se deliberadamente de qualquer caráter político, apresentando-se como um espaço racional de discussão e regulamentação de questões tidas como de interesse público: os direitos individuais, a livre-concorrência, em antítese às *guildas* e às corporações de ofício, as relações de trabalho livres e a propriedade privada, entre outros, de caráter liberal.

A institucionalização da esfera pública se consolida nos Estados de Direito, baseado em códigos legais que – contraditoriamente, já que a própria Lei constrange a liberdade – tentam libertar o homem de toda forma de poder e dominação, imagem historicamente ligada ao poder absolutista. A argumentação de que, na esfera econômica, o livre-mercado garante liberdade total a todos para competirem com base na aptidão e competência - Habermas cita o exemplo das vantagens comerciais obtidas pela Inglaterra ao reconhecer a liberdade das colônias americanas - se estende para a esfera civil. As Constituições que se estabelecem no continente Europeu vão garantir um conjunto de direitos fundamentais dados como universais e como ponto de partida imprescindível para a construção de uma sociedade livre.

Portanto, o sentido de esfera pública como *locus* de discussão política, proposto no presente artigo, difere substancialmente dessa construção histórica burguesa, uma vez que o seu sentido é justamente

o de reconhecer como legítimas e abrigar a pluralidade de posicionamentos e manifestações. A Economia Solidária, inclusive por conta da sua racionalidade plural, situa-se nessa esfera pública, um espaço que não é exclusivo de uma classe social, que não se postula como portador de uma lógica universal, mas que, pelo contrário, e justamente por ser público, é permeável a tudo e a todos.

Para Chauí (1994), entretanto, o autoritarismo da sociedade brasileira não permitiu o surgimento de instituições democráticas e dificulta a consolidação de uma esfera pública, que é contaminada pela confusão proposital entre privado e público. Da vida privada emergem o personalismo e com ele os privilégios, a diferenciação, que impede o debate político entre iguais. Isto é, viveríamos no Brasil um modelo que para gregos e romanos era tido como pré-político (despotismo bárbaro) “[...] porque nele imperava a vontade pessoal e arbitrária do chefe, não havendo a esfera pública da lei e do direito como fundamentos coletivos do poder” (p.20). Ou seja, para a autora,

A esfera pública não consegue constituir-se, a distinção entre público e privado não consegue instituir-se, as mediações sociais e políticas não conseguem firmar-se (p.29)

Gaiger (2006) faz argumentação semelhante, ao afirmar que no Brasil há uma excessiva politização da vida pública, mas reconhece que a Economia Solidária pode contribuir para a consolidação de uma esfera pública que se mostrasse um fórum mais apropriado para o debate político, na medida em que ela – Economia Solidária - suscita uma série de discussões sobre temas de interesse público, como trabalho, saúde, educação e meio ambiente, entre outros.

Daí decorre a escolha da pesquisa que ora se inicia por tomar os Empreendimentos de Economia Solidária como unidades de análise em torno dos quais seria possível identificar as dinâmicas territorialmente localizadas de desenvolvimento. Primeiramente porque eles atendem a uma demanda pontual e urgente das comunidades em gerar trabalho e renda, mas também porque as suas próprias atividades e produtos atendem a outras demandas econômicas, ao mesmo tempo em que provocam uma maior participação na vida comunitária e, conseqüentemente, questionam a pauta de discussões do espaço público.

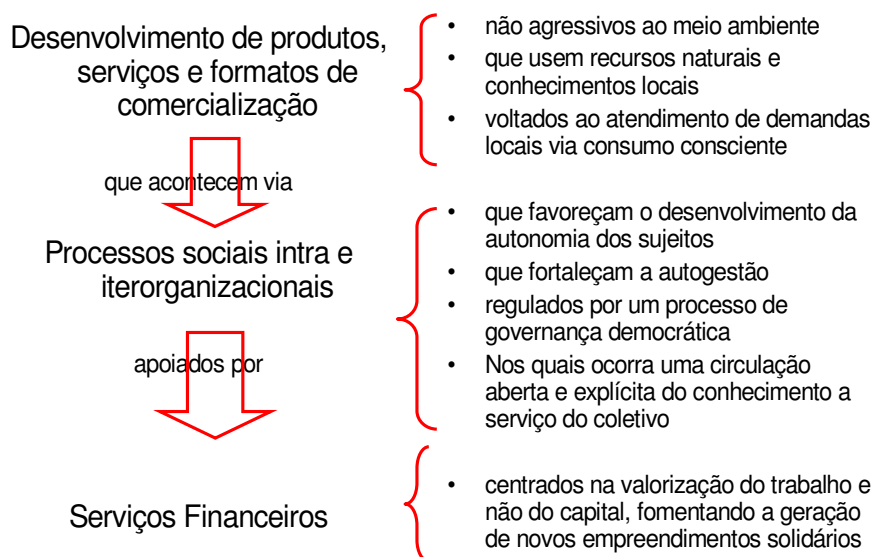
Como entender o novo espaço público e a discussão sobre desenvolvimento

Aceitando-se a argumentação anterior de que a Economia Solidária de certa forma materializa a resistência de alguns grupos e setores sociais aos valores da sociedade capitalista moderna, ela provoca e mesmo necessita de mudanças no espaço público e na sua agenda de debates. A emergência da Economia Solidária questiona, antes de tudo, a relação entre Economia e Sociedade, ou mais especificamente, a subordinação a que a economia submeteu a sociedade, conforme explicado por Polanyi (1980).

Se a dominação dos modelos econômicos de livre mercado permitiu a criação - e também se realimentou - de um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e chamado de crença (RIST, 1996) ou ilusão (FURTADO, 1977), é evidente que junto com o questionamento da relação de subordinação entre economia e sociedade deve emergir uma discussão sobre um modelo diferente de desenvolvimento, e que esteja aberto a discutir outras dimensões como a social, a cultural, a ambiental, a política, e outras mais que se queira nominar.

É nesse sentido de renovação do espaço público e da sua pauta de discussões - e que por sua vez nos leva a pensar em novos modelos de desenvolvimento - que a reflexão até aqui empreendida sobre as noções de gestão social, de racionalidade solidária e de espaço público conduzem à ideia de Economia Solidária como uma inovação social. Trata-se de uma inovação justamente por sugerir uma mudança na forma e no conteúdo das propostas de desenvolvimento territorial. As mudanças na forma dizem respeito à abertura e publicização de espaços de discussão que requerem sujeitos políticos comprometidos com o seu território e com as relações que nele acontecem, ou seja, espaços pedagógicos para processos de transformação social. As mudanças de conteúdo, não menos significativas, correspondem à emergência de um *ethos* solidário que se materializa na racionalidade solidária dos EES e se manifesta através de práticas de Gestão Social.

O conjunto dessas inovações pode ser compreendido como um Sistema Local de Inovação em Economia Solidária, e está sintetizado no modelo apresentado na figura 1.

Figura 1: Inovação em Economia Solidária

Fonte: elaborado pelo autor

O modelo aponta um tipo ideal – no sentido *weberiano* - de organização social e produtiva baseado na racionalidade solidária, gerenciado por processos de Gestão Social e que tem local num espaço público que é ao mesmo tempo produto e produtor dessa forma de organização. Ao modelo corresponde, naturalmente, uma noção de desenvolvimento territorial que é inovadora ao questionar o resultado econômico como seu vetor predominante.

Percebe-se que o modelo valoriza as práticas de trabalho e produção que estejam harmonizadas com os recursos naturais e culturais do lugar, tanto no lado da oferta como do lado da demanda, de modo que se aproxime da satisfação das necessidades das pessoas e se identifique com elas. Desse modo, naturaliza-se o processo de trocas que é necessário para a reprodução material e social da comunidade, sintonizando-o e subordinando-o aos interesses coletivamente construídos e invertendo, portanto, o fluxo predominante dos mercados exógenos, que impõem ao lugar a racionalidade do cálculo interesseiro.

É possível também identificar que o modelo fala da presença de relações democráticas dentro e entre os empreendimentos produtivos e de serviços, resultando que as relações passam a ser expressão da racionalidade solidária e contribuintes da construção de um espaço público no sentido que se quis descrever neste artigo. Ou seja, as relações passam a ser elementos estruturantes e estruturados desse espaço em construção, e nesse sentido elementos heurísticos fundamentais para a mensuração empírica da proximidade das práticas sociais em relação ao modelo.

Finalmente, o modelo subverte explicitamente a relação economia-sociedade ao imaginar o suporte financeiro das atividades produtivas e laborais por mecanismos de finanças solidárias. Com isso, a circulação de capital passa a ser atividade de suporte à vida econômica concreta e não um fim em si mesmo, possibilitando a realimentação permanente do circuito local de produção e consumo solidários, sem sangrar a riqueza local por meio de remessa de resultados financeiros para fora da comunidade.

Possibilidades metodológicas de pesquisa

As reflexões teóricas até aqui construídas e que dão base ao modelo exposto na seção anterior, constituem o passo inicial de uma pesquisa em andamento e que procura identificar o potencial de desenvolvimento de uma comunidade a partir da aproximação ou distanciamento que as práticas solidárias nela presentes guardem em relação ao modelo proposto.

Na pesquisa empírica que seguirá, será utilizada a estratégia de pesquisa-ação, que envolve etapas de mapeamento, diagnóstico, avaliação e construção coletiva de sugestões. Parte-se do entendimento de que a pesquisa-ação, como uma categoria de pesquisa participante, aquela em que “[...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu [...] mas o da própria cultura que investiga” (BRANDÃO, 1984, p.12), confere a suficiente flexibilidade que o campo empírico exige, não só pela sua complexidade intrínseca, mas por permitir que a ciência produzida seja, como defende Demo (2005), socialmente relevante.

Ao explicar a pesquisa participante como método de pesquisa, Mello (2005) parte do entendimento de que a comunidade já possui um acúmulo de práticas e experiências construídas e assimiladas historicamente, que podem e devem servir de base para qualquer atividade de investigação sobre ela mesma e que sirva de base para a construção de saberes e soluções que a beneficiem. A pesquisa

participante deve, portanto, gerar conhecimentos que sejam relevantes para a prática social, política e pedagógica da comunidade. “[...] é uma pesquisa com a comunidade, e não para ela ou sobre ela” (p.41) e que “[...] denota a opção por uma referência ético-político-epistemológica calcada na práxis” (p.35).

Já para Demo (1984), a pesquisa participante seria uma atividade com capacidade de integrar investigação social, trabalho educacional e ação. A parte inicial, diagnóstica, parte do entendimento e validação dos saberes comunitários. “Embora com possíveis exageros, a pesquisa participante constitui-se num ato de fé na potencialidade da comunidade” (DEMO, 1984, p.126). Essa fase inicial procuraria identificar os problemas, as especificidades dos recursos humanos e naturais disponíveis e as organizações já existentes, capazes de alavancar um processo de engajamento coletivo para a solução desses problemas. Funcionaria, ainda, como uma conscientização das pessoas em torno dos mesmos.

A pesquisa-ação possui uma orientação interrogativa e crítica, significando que se inicia aberta ao campo. Ou seja, tecnicamente, não há uma questão de pesquisa dada *a priori*, o que existe é “[...] um leque aberto composto de possibilidades de ação progressivamente descobertas, formuladas ou escolhidas pelos grupos que participam ativamente no processo” (THIOLLENT, 1997, p.25). Ou ainda: “A pesquisa-ação pode ser concebida como procedimento de natureza exploratória, com objetivos a serem determinados pelos pesquisadores conjuntamente com os interessados” (THIOLLENT, 1984, p.99). Em vez de hipóteses, a pesquisa-ação pode trabalhar com instruções ou diretrizes previamente concebidas que podem ser fortalecidas ou abandonadas, conforme os resultados que ela quer alcançar.

Entretanto, a pesquisa-ação não pode ser tida como a solução de todos os problemas de uma realidade pesquisada. “É apenas um esforço limitado de pesquisa para aumentar o conhecimento e a consciência das pessoas e dos grupos envolvidos no processo, com delineamento de ações concretas de curto ou médio prazos” (THIOLLENT, 1997, p.28-9). Ou seja, a pesquisa-ação não pode querer substituir o processo histórico em si.

A coleta de dados que está sendo prevista para essa fase, pela sua natureza, deverá conter traços etnográficos e se basear, prioritariamente, em técnicas como a observação participante e entrevistas semiabertas com os atores da rede. Primeiramente serão ouvidas as organizações que mantêm atividades na comunidade, nas pessoas de suas lideranças e técnicos. Posteriormente, mapeadas as

lideranças comunitárias, as mesmas também serão ouvidas e observadas nas suas práticas de organização e gestão social.

Para a análise e interpretação dos dados, a abordagem principal será qualitativa, embora alguns dados quantitativos – especialmente os secundários - serão necessários para mapear e diagnosticar a situação presente do território. Outra particularidade da pesquisa-ação e das técnicas de pesquisa participante em geral, é a definição do papel dos pesquisadores, que se resume a dinamizar e facilitar a auto-organização dos sujeitos da pesquisa para que eles mesmos venham a construir propostas de ação que representem soluções aos problemas e formas de materializar os seus anseios, que são construídos nas fases anteriores de diagnóstico e avaliação. Isto é, a pesquisa-ação se mostra como uma ferramenta adequada para o fomento do desenvolvimento do que se tem chamado de tecnologias sociais (LASSANCE e PEDREIRA, 2004), construídas a partir dos próprios sujeitos e capazes de serem reproduzidas em contextos diferentes.

A ação da equipe de pesquisa distingue-se, assim, de uma ação tipicamente extensionista - de intervenção - para assumir uma postura pedagógica de estímulo à auto-organização. Ou seja, o caráter aplicado da pesquisa-ação aponta para a prática, mas no sentido de que esta prática representa a aplicação do conhecimento produzido na pesquisa, diretamente no campo, e pelos próprios sujeitos que construíram esse conhecimento.

A pesquisa-ação consiste em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Simultaneamente, há produção de conhecimento (THIOLLENT, 1997, p.14)

Como orientação de pesquisa, a pesquisa-ação precisa se valer de um referencial teórico crítico para não ser reputada como meramente instrumental, assim podendo construir novas formas de conhecimento, novas formas de relacionamento entre pesquisadores e pesquisados e destes com o próprio conhecimento (THIOLLENT, 1984).

Ou seja, parafraseando Santos (2002), trata-se de uma *transição paradigmática* na forma de construir e aplicar conhecimentos, o que

implica em repensar a própria relação da Universidade com a Sociedade.

É evidente que tal proposta distingue-se fortemente do paradigma dominante de pesquisa, que pode ser chamado de positivista. Com essa postura, pretende-se trabalhar pela aproximação e não pelo afastamento entre ciência e senso comum, ou entre ciência e conhecimento vulgar. Alves (1996) lembra muito oportunamente que a designação de senso comum é feita pelos próprios cientistas, e não pelas pessoas de “senso comum”, o que aponta para uma definição - por exclusão - do que é conhecimento científico, etnocentricamente determinado. Santos (2003, p.20) entende que em um paradigma científico antipositivista, “a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer”. Ou seja, afastando-se do paradigma positivista, o pesquisador afasta-se de uma posição diferenciada em relação aos sujeitos e objetos de pesquisa, e aproxima-se dessa realidade.

Considerações Preliminares

O presente artigo tinha o objetivo de lançar as bases conceituais de uma pesquisa-ação voltada para a avaliação do potencial de desenvolvimento de um território a partir da captação das dinâmicas de Economia Solidária nele presentes. A opção pela pesquisa-ação indica a intenção do pesquisador e sua equipe em, feita essa avaliação preliminar, também poder atuar junto à comunidade do território para que ela passasse a desenvolver ações que a aproximassem consistente e autonomamente de um tipo de ideal - ou idealizado - de organização social.

O referido modelo foi construído então no artigo a partir da revisão teórica de algumas noções que são centrais a essa proposta de desenvolvimento, e que são a Gestão Social, a racionalidade solidária e o espaço público. O modelo apresentado condensa essas noções e aponta caminhos para a medição empírica da presença ou não de comportamentos sociais, políticos e econômicos dos sujeitos, e que se constituirá na fase de diagnóstico da pesquisa.

A seção sobre o método de pesquisa a ser aplicado fez algumas problematizações básicas e conceituais sobre pesquisa-ação, de modo a permitir a necessária reconstrução dos modelos mentais tradicionais da pesquisa positivista para a própria equipe de pesquisa, além de provocar o leitor a relativizar os resultados de pesquisa a serem publicados ao longo do tempo.

Entende-se que os desafios são grandes, pelo próprio caráter inovador da pesquisa, tanto no sentido metodológico quanto epistemológico, na medida em que a proposta de pesquisa articula noções teóricas que ainda requerem um debate acadêmico que as amadureça. No entanto, essa provisoriedade não pode impedir o início dos trabalhos, e é exatamente sobre a incerteza e sobre as lacunas que o conhecimento científico pode e deve avançar, ao trazer para discussão temáticas de ponta que permitam a reinvenção social.

No momento de fechamento deste artigo o trabalho de campo já está sendo iniciado e em breve pretende-se publicar novo trabalho com o mapeamento e diagnóstico do campo, de modo a enriquecer, com dados empíricos, ainda mais a discussão sobre a relação entre desenvolvimento territorial e Economia Solidária.

Referências

ALVES, R. **Filosofia da ciência**. Ars Poética, São Paulo, 1996.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; SCHOMMER, Paula Chies. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: Encontro anual da ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 07 a 10 de setembro de 2008 [Anais...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, 16.p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C.R. (org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 7-14.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.19-30.

COSTA, Pedro de Almeida. Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária. In: Encontro Anual da ANPAD, 27, 2003, Atibaia, SP. [Anais...] Rio de Janeiro, ANPAD, 2003b,15 p.

_____. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais [anais...]. Belo Horizonte, junho de 2008. ANPAD, Rio de Janeiro, 2008, 15p.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.104-130.

_____. **Avaliação qualitativa**. 8^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2005 (polêmicas do nosso tempo: 25).

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador, Casa da Qualidade, 2002, p. 12-32.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26, 2002, Salvador, BA. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2002,14 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e SILVA JR. Jeová Torres. Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro: o caso do banco Palmas. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p.97-116

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6^a. ed. Rio de Janeiro, Cia Editora Nacional, 1977.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000, p.267-286.

_____. A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p. 223-235.

GOHN, Maria da Glória. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JR., O. A., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. (orgs.). **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro, 2004, p.57-93.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (Biblioteca Tempo Universitário: 76), 398p.

LASSANCE, A., PEDREIRA, J.S. Tecnologias sociais e políticas Públicas. In: LASSANCE A.E. (org.). **Tecnologia social**: uma estratégia

para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004.

LAVILLE, Jean Louis. **Fato associativo e economia solidária**. In: BAHIA: análise e dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.25-33, junho 2002.

MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Isis; Diálogo; IPPOA, 2005.

POCHMANN, Márcio. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 2000, 2ª ed.

RIST, Gilbert. **Le Développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo. Prefácio e Introdução. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 29-78.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Acrítica da razão indolente: contra desperdício da experiência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo, EDUSP, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração?** Ijuí, Unijuí, 2002, p.113-138.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 82-103.

_____. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo, Atlas, 1997.